

RECURSO ESPECIAL Nº 1.836.817 - PR (2019/0267643-6)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
RECORRENTE : CAIXA SEGURADORA S/A
ADVOGADO : ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA E OUTRO(S) -
PE016983
RECORRIDO : NILTON APARECIDO DE FREITAS
RECORRIDO : ANDREIA DE ALMEIDA RODRIGUES
RECORRIDO : HERMES NOGUEIRA DE SOUZA
RECORRIDO : LOURIVAL BRAZ
RECORRIDO : LUZIA DE JESUS AGUIAR
RECORRIDO : MARCIA APARECIDA PEREIRA DA SILVA
RECORRIDO : MARIA HELENA PEREIRA
RECORRIDO : ROGERIO APARECIDO MENDES
ADVOGADO : AFONSO FERNANDES SIMON E OUTRO(S) - PR045223

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL SECURITÁRIA. SISTEMA FINANCEIRO HABITACIONAL (SFH). RECURSO INTERPOSTO EM FACE DA DECISÃO SANEADORA.

1. ILEGITIMIDADE PASSIVA. MATÉRIA NÃO PREVISTA NO ROL TAXATIVO DO ART. 1.015 DO CPC/2015. RECURSO NÃO CONHECIDO NESTE PONTO.

2. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. DANOS DE NATUREZA CONTINUADA QUE SE PROTRAEM NO TEMPO. DEMANDA AJUIZADA ANTES DO TÉRMINO DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTO.

3. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA E TÉCNICA DOS DEMANDANTES DEMONSTRADA.

POSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA.

AGRAVO DE INSTRUMENTO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA EXTENSÃO, DESPROVIDO.

AGRAVO INTERNO PREJUDICADO.

Nas razões de recurso especial, os recorrentes alegam violação dos artigos 206, § 1º, II, *b*, do Código Civil e 487, II, do Código de Processo Civil de 2015, além de

divergência jurisprudencial.

Não merece reforma o acórdão recorrido.

É certo que o entendimento pacífico desta Corte Superior é no sentido de que é anual o prazo de prescrição para o ajuizamento de ação de mutuário contra a seguradora, no caso de seguro vinculado a contrato de mútuo habitacional, celebrado no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (cf. entre muitos outros, o REsp 871.983/RS, de minha relatoria, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 21.5.2012; AgInt no AREsp 1.241.080/PI, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 10.9.2018; AgInt nos EDcl no AREsp 1.000.874/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 1º.7.2019).

Ocorre que, no caso dos autos, o Tribunal paranaense apenas decidiu diferir a análise da prescrição para momento posterior à produção de prova pericial, não desrespeitando o entendimento desta Corte tampouco violando os artigos de lei indicados. Confira-se os fundamentos do acórdão recorrido, no que interessa (fls. 1.363-1.637/e-STJ):

Quanto à prescrição, neste momento, não verifico sua ocorrência, porque, como cuidam os autos de danos, normalmente, de natureza progressiva e continuada, não há como precisar, com exatidão, o marco inicial da prescrição.

(...)

Não olvido que tal marco inicial poderá ser verificado quando da realização da prova pericial. (...)

(...)

Ademais, conforme informação da Cohapar, verifica-se que os contratos dos autores foram encerrados em 28.09.2012 e 28.03.2013 (mov. 32.1 e 148.5, p. 69), de modo que, na ocasião do ajuizamento da demanda, em 14.10.2011 (data do protocolo mecânico - mov. 1.2, p. 01), o prazo prescricional de 1 (um) ano ainda não tinha transcorrido.

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora